**NORMA REGULAMENTADORA 32 - SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO: AÇÕES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**

¹Suelly Araújo de Souza; ²Larissa Rafaelly Pereira Lima; 3Ericelma Silva de Souza 4Andressa Rállia Aquino Soares; 5Cecília Nogueira Valença.

1,2,3Acadêmica de Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN/FACISA), Santa Cruz, Rio Grande do Norte, Brasil; 4Enfermeira, Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), Santa Cruz, Rio Grande do Norte, Brasil. 5Professora Doutora, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN/FACISA), Santa Cruz, Rio Grande do Norte, Brasil.

**Eixo Temático:** Eixo Transversal.

**E-mail do Autor Principal:** suely\_souza94@hotmail.com.

**Resumo**

**Introdução**: A Norma Regulamentadora 32 (NR 32) do Ministério do Trabalho e Emprego estabelece as diretrizes básicas para a implementação de medidas de proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores dos serviços de saúde. A norma proíbe a utilização de adornos, pelos profissionais, nos estabelecimentos de saúde. **Objetivo**: Relatar a experiência vivenciada por acadêmicas de graduação no desenvolvimento de atividades educativas acerca da NR 32 no ambiente hospitalar. **Metodologia**: Trata-se de um relato de experiência, do tipo descritivo, vivenciado por discentes de enfermagem junto com a enfermeira do trabalho da Unidade de Saúde e Segurança do Trabalho (USOST) do Hospital Universitário Ana Bezerra. **Resultados**: Na ação foram desenvolvidas atividades educativas voltadas para os cuidados referentes à segurança do trabalhador frente à utilização inapropriada de adornos em ambiente hospitalar. **Conclusão**: Embora os profissionais tivessem conhecimento da Norma Regulamentadora 32, foi perceptível a resistência dos profissionais no desuso dos adornos em ambiente hospitalar, sendo necessária a adoção de mais ações de educação continuada em saúde.

**Palavras-chave:** Controle de Infecção; Assistência à Saúde; Educação em Saúde.

**1 INTRODUÇÃO**

A Norma Regulamentadora 32 (NR 32) do Ministério do Trabalho e Emprego estabelece as diretrizes básicas para a implementação de medidas de proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores dos serviços de saúde. Como medida de segurança, a NR 32 determina que o empregador deve vedar o uso de adornos pelos trabalhadores dos estabelecimentos de saúde (BRASIL, 2005).

A proibição do uso de adornos protege o trabalhador de riscos biológicos devido ao risco de aderência de microrganismos nas superfícies dos objetos, o que pode contribuir para disseminação de infecções. Isto posto, um dos maiores desafios atuais é diminuir as taxas de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (IRAS) (BRASIL, 2017; LEONCIO *et al*., 2019).

No Brasil, a OMS estima que entre 16 a 37 pessoas contraem infecções a cada 1.000 pacientes atendidos. Estimativas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), apontam que a taxa média de infecção hospitalar é de 9%, com uma letalidade de 14,35% (IRAS, 2016). A medida profilática mais eficiente e consensual para o controle das IRAS nos serviços de saúde é a adoção de medidas, como não usar adornos no ambiente hospitalar e higienização das mãos (KILPATRICKC, 2019; JORDÃOS, 2019).

Sendo assim, o projeto de extensão ‘Trabalhar para Viver: Saúde e Segurança no Trabalho no Hospital Universitário Ana Bezerra’ da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN/FACISA) promoveu a campanha ‘Adorno Zero’, com o intuito de sensibilizar os trabalhadores do hospital para a não utilização de adornos no serviço e consequentemente, colaborando com a prevenção das IRAS.

Devido a importância do tema para a área da saúde, o presente artigo tem como objetivo relatar a experiência vivenciada por discentes extensionistas do curso de Enfermagem, durante o desenvolvimento da promoção da ação educativa mencionada.

**2 METODOLOGIA**

Trata-se de um relato de experiência, do tipo descritivo, baseado em atividades desenvolvidas nos dias 29, 30 e 31 de março de 2022 pelo projeto de extensão no HUAB/UFRN. O cenário da experiência relatada aconteceu no Hospital Universitário Ana Bezerra (HUAB - UFRN), no município de Santa Cruz (RN).

Participaram da atividade 3 discentes do 4º e 6º período do curso de graduação em enfermagem, 1 professora da UFRN e 1 enfermeira do trabalho da Unidade de Saúde e Segurança no Trabalho (USOST/HUAB).

O público alvo foram os trabalhadores do hospital, efetivos e terceirizados, e os estudantes da residência profissional.

Para o desenvolvimento da atividade, utilizou-se de materiais educativos produzidos para o desenvolvimento da campanha, entre eles: Folders, placas com frases divertidas e educativas sobre a proibição de adornos nos serviços de saúde e moldura modelo Instagram para o registro de fotos.

**3 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

No primeiro momento da campanha ‘Adorno Zero’ foi reforçado para os trabalhadores do hospital, a importância da não utilização de adornos nas áreas assistenciais e administrativas da unidade hospitalar. Nesse contexto de prática vivenciado, foi recorrente em grande parte dos profissionais abordados o uso de algum tipo de adorno, como anéis e brincos. Esses mesmos profissionais reconhecem a importância da NR 32, porém, justificam que a utilização do adorno está diretamente relacionada à satisfação com a sua própria imagem pessoal.

Vestimentas e adornos transmitem sinais não verbais e podem ter diferentes funções para as pessoas, como, decoração, proteção (tanto física quanto psicológica), instrumento de atração sexual, autoafirmação, autonegação, ocultamento, identificação grupal e exibição de status (SILVA, 2012).

Em meio aos profissionais que faziam uso de adornos, também se observou a existência de profissionais que seguem perfeitamente as medidas impostas pela NR 32, assim como relatam a capacitação de cursos recentes que abordam os aspectos da norma regulamentadora.

No segundo momento da campanha, foi abordado o quanto a técnica de higienização das mãos diminui de forma significativa o risco de infecções relacionadas à assistência à saúde. Dessa forma, a principal medida para se pensar em redução de infecções hospitalares é a correta execução do processo de higienização das mãos (SILVA *et al.*, 2018).

Na ocasião foi reforçado os cinco momentos da higienização das mãos durante a prestação de cuidados, antes de tocar o paciente; após tocar o paciente; antes da realização de procedimentos (limpos e assépticos); após contato com superfícies próximas ao paciente; e após a exposição a sangue e quaisquer outros líquidos corpóreos (BRASIL, 2017).

Ademias, os trabalhadores explicitaram gostar da ação, pois afirmaram que a mesma foi divertida e propiciou um momento diferente da rotina no hospital, além de reforçar pontos importantes para a realização do trabalho no hospital.

**4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Apesar da existência do conhecimento dos profissionais sobre NR 32, ficou evidente que existe uma insistência em relação à utilização dos adornos no ambiente hospitalar. Nesse sentido, as ações de educação em saúde são de fundamental importância para mitigar essa prática, uma vez que o uso de adornos, assim como a higienização incorreta das mãos está diretamente relacionada a uma exposição ocupacional a agentes biológicos podendo ocasionar o aumento da incidência de infecções relacionadas à assistência hospitalar.

Mediante esses resultados, fica evidente também a necessidade da orientação aos profissionais de saúde para adoção de medidas preventivas com relação à infecção cruzada. A implantação dessas medidas contribui não só para redução do índice de infecção, mas também reduz os gastos envolvidos com o cuidado ao paciente contaminado e/ou infectado.

**REFERÊNCIAS**

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Caderno 4:  Medidas de Prevenção de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde.** Brasília, DF: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2017. Disponível em: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/publicacoes/caderno-4-medidas-de-prevencao-de-infeccao-relacionada-a-assistencia-a-saude.pdf/view.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Portaria nº 485, de 11 de novembro de 2005. Aprova a Norma Regulamentadora nº 32 (Segurança e Saúde no Trabalho em Estabelecimentos de Saúde).** Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2005. Disponível em: http://sbbq.iq.usp.br/arquivos/seguranca/portaria485.pdf.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Assistência Segura: Uma Reflexão Teórica Aplicada à Prática.** Brasília, DF: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2017. Disponível em: http://www.saude.go.gov.br/images/imagens\_migradas/upload/arquivos/2017-09/2017-anvisa---caderno-1---assistencia-segura---uma-reflexao-teorica-aplicada-a-pratica.pdf.

IRAS – Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde. Florianópolis: Neoprospecta, 2016. Disponível em: https://blog.neoprospecta.com/o-que-sao-iras/#.

JORDÃO, S. N. J. C.  Crescimento Microbiológico nos Adornos dos Profissionais de Saúde na UTI. **Revista Pró-UniverSUS**, Vassouras, v.9, n.2,  p. 11 - 13, 2018. Disponível em: http://editora.universidadedevassouras.edu.br/index.php/RPU/article/view/1278.

KILPATRICK, C.; BOURQUI, L.; PETERS, A.; GUITART, C.; ALLEGRANZI, B.; PITTET, D.  Higienização das mãos: Parece fácil, mas não quando se trata de implementação. **Journal of Infection and Public Health**, Suiça, v.12, n. 3, p. 301 – 303, 2019. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31053515/.

LEONCIO, J.M.; ALMEIDA, V.F.; FERRARI, R.A.P.; CAPOBIANGO, J.D.; KERBAUY, G.; TACLA, M.T.G.M. Impacto das infecções relacionadas à assistência à saúde nos custos da hospitalização de crianças. Revista da Escola de Enfermagem da USP, v.53, n. 1, p. , 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/reeusp/a/KfbjZ3JFq9s7CGpjh4Mqj8H/?lang=pt#.

SILVA, R. E.; SILVA, A. C. A.; FREITAS, A. L.; DE SÁ, C. C.; SANTOS, I. L.; SILVA, V. R. V.; VENTURA, C. A.; DENADAI, A. S.; FONSECA, F. M.  Conhecimento de Estudantes da Área da Saúde Sobre o Controle e Prevenção de Infecções Hospitalares. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**, v.22,  n.2, p. 131 - 138, 2018. Disponível em: http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rbcs/article/view/32953.

SILVA, M. J. P. **Comunicação tem remédio: a comunicação nas relações interpessoais em saúde.** São Paulo: Loyola, 8. ed., 2012.

SOUSA, F.F.; SOUSA, I.A.; OLIVEIRA, L.M.N. A utilização de equipamentos de proteção individual e coletiva por profissionais de saúde: revisão integrativa. **Revista de Atenção à Saúde**, v.16, n.58, p. 102-108, 2019. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista\_ciencias\_saude/article/view/5667/pdf.